ATA DA 112ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/CE, REALIZADA EM 10 DE FEVEREIRO DE 2021.

Aos dez dias do mês de fevereiro de 2021, às 11h30, reuniu-se o Plenário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará - CAU/CE, virtualmente, através do aplicativo Microsoft Teams, sob a presidência de Lucas Ribeiro Rozzoline Muniz, com os conselheiros: Rafaella Albuquerque, Denise Sá, Rafael Soares, Manoel Rômulo, Brenda Rolim, Lucilla Maia, Mário Roque, Edilson Aragão, Renato Oliveira, Mayara Lima, Ticiana Sanford, Germana Câmara e Sandy Araújo. I. Abertura: O presidente Lucas Rozzoline, às 11h30, iniciou a Reunião Plenária Ordinária nº 112. II. Verificação da pauta: O presidente verificou se havia quórum e leu a pauta para os presentes. A pauta foi aprovada e incluído o assunto sugerido pelo conselheiro Mário Roque sobre os altos salários do CAU/BR. III. Comunicações dos conselheiros e comissões: Os conselheiros informaram que a primeira reunião de comissão do mês de janeiro foi uma ambientação junto aos processos em andamento. IV. Informes do presidente: O presidente informou que participou de uma reunião introdutória realizada pelo CAU/BR juntamente com outros presidentes. O presidente frisou que a presidente do CAU/BR se mostrou aberta para ouvir as demandas do Fórum dos Presidentes e iniciou um diálogo para o enfrentamento dos problemas atuais. Em seguida, o presidente comunicou que participou de uma oficina de fiscalização também realizada pelo CAU/BR, porém foi uma reunião apenas para expor os problemas de cada estado sem nenhuma deliberação definida. O presidente também informou que o CAU/CE contratou uma nova assessora de comunicação, a jornalista Lidiane Rodrigues, e que pretende iniciar a elaboração do Plano de Comunicação do Conselho e melhorar a comunicação com o público externo. Logo após, o presidente informou que a CPUA colocou em pauta a elaboração do Edital de ATHIS 2021, também foi comunicado que será elaborado um plano de fiscalização para o CAU/CE. Em seguida, o presidente comunicou que recebeu do CAU/BR um ofício sobre solicitação de registro de profissional formado pela modalidade EAD. Foi instruído que nenhum CAU realize o registro desse tipo de formação acadêmica. Caso surja alguma solicitação, a orientação é encaminhar ao CAU/BR para as devidas providências. O conselheiro Rafael Soares comunicou que a CEF não recebeu nenhuma solicitação de registro nesse sentido e que essa informação foi repassada à CEF/BR. V. Representações do CAU/CE em órgãos da prefeitura e governo do estado: O presidente Lucas Rozzoline iniciou a pauta informando que o CAU/CE tem várias representações em diversos órgãos e que é necessária a atualização dos nomes dos conselheiros devido a nova gestão. Após informar quais órgãos o CAU/CE tem assento, as representações ficaram da seguinte forma: Câmara do Setor Imobiliário: Rafaella Vasconcelos Albuquerque (titular) e Mário Antônio da Silva Guerra Roque (suplente); Fórum Permanente das Barracas da Praia do Futuro: Lucilla Maia Santos Rocha (titular) e Ticiana Nóbrega Sanford (suplente); Conselho Estadual das Cidades: Rafael Soares Eduardo (titular) e Francisco Edilson Ponte Aragão (suplente); Comitê Municipal de Segurança Viária: Denise Sá Barreto Seoane (titular) e Sandy Araújo

Sousa (suplente); Conselho Municipal de Habitação Popular: Henrique Alves da Vasconcelos Albuquerque (suplente): Comissão Técnica Silva (titular) e Rafaella Estadual do Projeto Orla: Brenda Rolim Chaves (titular) e Ticiana Nóbrega Sanford (suplente); Conselho Municipal de Meio Ambiente: Brenda Rolim Chaves (titular) e Nev Fonseca Barroso Filho (suplente): Câmara Setorial da Economia Criativa: Ticiana Nóbrega Sanford (titular) e Renato Oliveira Silva (suplente); Instância Colegiada Deliberativa das Regiões Metropolitanas do Ceará: Francisco Edilson Ponte Aragão (titular) e Rafael Soares Eduardo (suplente). Em seguida, o presidente comunicou que o CAU/CE já solicitou representação no COEPA e COMPHIC. Será também solicitada representações na Comissão Permanente de Avaliação do Plano Diretor, Sabiaguaba e COEMA. VI. Ajuste de trabalho nas comissões do CAU/CE: O presidente informou que o conselheiro Manoel Rômulo saiu da CEF e CED, pois estava difícil de acompanhar todas as comissões. Com a saída do conselheiro da CEF, o conselheiro Henrique Alves passa a ser coordenador da comissão. O coordenador adjunto será escolhido na próxima reunião da Comissão de Formação e Ensino. VII. Homologação dos Ad Referendum nº 001 e 002: O presidente comunicou que assinou os Ad Referendum nº 001 e 002 devido a infecção de um funcionário do Conselho por COVID-19, logo depois um estagiário também testou positivo. O conselheiro Edilson Aragão se posicionou a favor da manutenção do home office, ele enfatizou que o momento é crítico e que deve haver um controle quanto a isso. A conselheira Brenda Rolim perguntou se há uma queda de produtividade no trabalho remoto, respondendo à pergunta, a conselheira Rafaella Albuquerque informou que não há no CAU/CE nenhum controle de produtividade, pois não há indicadores das atividades dos funcionários. A conselheira Denise Sá sugeriu um sistema de rodízio, caso a produtividade diminua. Em seguida, a gerente geral, Juliana Gurgel, informou que antes de aderir ao trabalho remoto o CAU/CE estava no esquema de rodízio, após testar positivo foi definido o home office. Ela comunicou que o único serviço do CAU/CE que é preciso a presença do arquiteto e urbanista é a emissão da carteira profissional, porém essa carteira é um documento opcional e se caso um arquiteto necessite comprovar seu registro no Conselho, uma certidão pode ser emitida na página do SICCAU. Em sua fala, a gerente disse que é perfeitamente possível realizar o trabalho remotamente sem prejudicar o andamento do Conselho. Logo depois, a conselheira Brenda Rolim informou que recebeu reclamações de arquitetos sobre a falta de atendimento do telefone do CAU, ela sugeriu a implantação de uma secretária eletrônica com informações sobre o atendimento. A conselheira Denise Sá argumentou sobre a falta de hábito dos profissionais procurarem informações nas nossas redes sobre o horário de atendimento do Conselho. A conselheira ainda sugeriu que essas informações de atendimento sejam enviadas via lista de transmissão pelo WhastApp. A conselheira Brenda Rolim concluiu que a falta de atendimento telefônico deixa uma péssima impressão para a imagem do CAU. Os demais conselheiros concordaram. Logo depois, a conselheira Rafaella Albuquerque sugeriu contratar o serviço de desvio de ligação. As ligações do telefone fixo do atendimento seriam desviadas para os celulares institucionais dos atendentes. Em seguida, o fiscal Erick Rolim solicitou a palavra. O fiscal argumentou que o trabalho remoto para o setor de fiscalização é muito

complicado, pois há vários serviços que é preciso a presença do fiscal na sede, como por exemplo: analisar processos físicos, emitir correspondências aos correios, impressões de documentos, além da necessidade de averiguar denúncias in loco. O presidente informou que a fiscalização ainda não pode enviar documentos pelos correios pois o contrato ainda está sendo finalizado, o carro do CAU também não pode ser utilizado no momento pois há um problema de manutenção que precisa ser resolvido. A gerente geral informou que para contratar um serviço é preciso que a empresa esteja com as certidões em dia, por isso muitas vezes é demorada a contração de um serviço. O presidente sugeriu que a fiscalização nesse momento de pandemia seja direcionada a ações de natureza educativa e na prevenção de infrações. O arquiteto Rafael Soares disse que concorda com a sugestão, porém é necessário que logo que a situação se estabilize, a fiscalização volte a exercer suas funções de rotina. A conselheira Brenda Rolim destacou que essa operacionalização precisa ser estudada. A conselheira Lucilla Maia concordou e finalizou dizendo que é interessante focar no cunho ético e utilizar as plataformas digitais para chegar nos profissionais e estudantes. Os demais conselheiros também concordam com a ideia do presidente e dos três conselheiros que se manifestaram sobre o assunto. O presidente argumentou que é importante que a CEP analise essa questão da fiscalização e sobre a questão do carro para não perder tempo na averiguação de denúncia. A conselheira Brenda Rolim sugeriu que o CAU/CE verifique a possibilidade de contratação de uma assinatura de carro para não precisar se preocupar com manutenção. A gerente geral disse que é preciso fazer um estudo detalhado para verificar a viabilidade de orçamento. Em seguida o presidente pediu para fazer os encaminhamentos. Após o debate, o presidente encaminhou para a gerência geral os seguintes pontos: contactar a operadora Vivo para realizar o serviço de desvio de chamada, providenciar a compra de telefones para a implantação da secretária eletrônica. Encaminhamento para a COPAF: se reunir o mais breve possível para viabilizar a compra do VPN com o objetivo de controle das atividades dos funcionários e para uma maior segurança de dados. Foi deliberado por unanimidade a homologação dos Ad Referendum nº 001 e 002/2021. Foi deliberado pelos conselheiros por 06 votos a manutenção do home office total por 14 dias. Três conselheiros votaram pelo esquema de rodízio, porém a maioria decidiu pelo trabalho remoto. Os conselheiros Rafael Soares, Brenda Rolim e Denise Sá deixaram claro que são a favor do home office total desde que se tenha ferramentas de controle de produtividade e meios necessários que garantam o bom funcionamento do Conselho. A conselheira Rafaella Vasconcelos disse que o trabalho remoto será devidamente organizado para que haja controle das ações e segurança das informações e que a COPAF vai trabalhar para adquirir o VPN. O presidente reforçou o pedido à comunicação para manter os profissionais informados a respeito dos horários de atendimento do CAU/CE. VIII. Prestação de Contas do 4º Trimestre e Anual do CAU/CE de 2020: A contabilidade iniciou a apresentação da prestação de contas. A contadora Emanuely Pinheiro informou que a prestação é referente à gestão passada. Todos os dados da apresentação serão encaminhados ao Portal da Transparência de acordo com as recomendações do TCU. A execução do orçamento da receita e da despesa e os resultados orçamentários foram: receita corrente orçada: R\$2.025.319,23; receita corrente arrecadada: R\$ 2.050.345,81; receita de

capital: R\$ 104.165,11; despesa corrente orçada: R\$ 2.044.266,58; despesa corrente empenhada: R\$ 1.793.009,97; Superávit orçamentário: R\$ 224.043,77 e Superávit primário: R\$ 257.335,84. Após a apresentação, a conselheira Brenda Rolim pediu que nas próximas apresentações o material da contabilidade seja enviado com mais antecedência aos conselheiros para que eles possam analisar melhor os números e entender com mais facilidade o que está sendo exposto. A contadora informou que o material foi primeiro para aprovação na COPAF, só depois de aprovada pela comissão em reunião extraordinária é que foi possível enviar aos demais conselheiros. Em seguida o presidente colocou a matéria em votação. Por unanimidade a prestação de contas foi aprovada. Por fim, a gerente geral comunicou que todas as comissões podem sugerir projetos para o ano corrente e na reformulação orçamentária será estudado o que pode ser incluído no orçamento na forma de transposição de rubrica. Os pontos de pauta não apreciados serão encaminhados para a próxima reunião plenária (Projeto Tiradúvida, Campanha para estudante - exercício ilegal e supersalários do CAU/BR). Sem mais nada a tratar o presidente encerrou a reunião. IX. Encerramento: a reunião plenária encerrou às 13h30min.

Fortaleza, 10 de fevereiro de 2021.

Lucas Ribeiro Rozzoline Muniz Presidente do CAU/CE

Patrícia Aguidar Secretária Geral do CAU/CE